



DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO SEXUAL "OBRIGATÓRIA" OU AO "CRITÉRIO DOS PAIS"

Pílula do dia seguinte e preservativo disponível nas escolas

NA PRÓXIMA SEMANA SABEREMOS SE AS NOVAS REGRAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL ENTRAM EM VIGOR NO PRÓXIMO ANO LECTIVO

O acesso a contraceptivos na escola está a gerar controvérsia não só no meio escolar, mas até no Parlamento. Já há propostas de alteração na Comissão de Educação e o assunto promete aquecer. Na quarta-feira de manhã, da próxima semana, quando ficar definida a versão final do diploma, o assunto volta à ribalta. A educação sexual nas escolas ascendeu à ribalta do plenário e causou alguma confusão, por causa do último catalisador: o caso da professora de Espinho. Só na próxima semana será decidido se as novas regras entram em vigor já no próximo ano lectivo e, deste modo, saber se a pílula do dia seguinte estará disponível nas escolas.

LÍLIA MARCOS
l.marcos@semanario.pt

A PROPOSTA DE alteração do grupo parlamentar do Partido Socialista (PS) à chamada Lei de Educação Sexual nas escolas (que está a ser esmiuçada na respectiva comissão) prevê que os alunos possam obter meios contraceptivos, incluindo a pílula do dia seguinte. Deverão ser pedidos pelos alunos no res-



pectivo gabinete escolar, em articulação com os serviços de saúde da área em que o estabelecimento de ensino está inserido.

O Bloco de Esquerda (BE) propõe contraceptivos "com carga hormonal" (como o que o PS concorda) e, para isso, os alunos terão de se dirigir ao gabinete que lhes "recomendará a via mais adequada, em função da situação e da idade do jovem".

Luís Salgueiro, deputado do PS, dá conta de que "a nossa proposta explícita que os Gabinetes de Informação de Apoio, em articulação com os serviços de saú-

de locais, devem garantir o acesso dos alunos a meios anticoncepcionais, como o preservativo, ou os de emergência, como a pílula do dia seguinte".

Este ponto não colhe o beneplácito dos grupos do PSD e do CDS. Deverá ser discutido e votado na reunião da próxima quarta-feira. Por isso, os socialistas vão adiantando que "a ideia não é de distribuir contraceptivos de forma arbitrária, mas facultar o seu acesso".

Anteontem, no plenário da Assembleia da República e a pretexto do episódio com a professora de Espi-

nho, Diogo Feio (CDS/PP) voltou a manifestar-se contra o "carácter obrigatório da educação sexual", defendendo que fosse "uma opção, ao critério dos pais dos alunos". Disse: "A sexualidade é matéria sensível, em que a primeira das soberanias não é do Estado, mas das famílias".

Pedro Duarte, deputado do PSD, está contra as posições do PS, BE e PCP, que "advogam o cariz obrigatório – em todas as escolas e para todos os alunos" – e advoga e propõe "a isenção por objecção de consciência, fundamentada em razões

religiosas ou culturais".

Este cariz obrigatório, contestado pelo CDS e PSD, é justificado pela deputada socialista com o facto de "as matérias sobre o assunto serem leccionadas em diversas disciplinas".

Também o número de horas para esta disciplina levou tempo a acertar. O BE propõe uma disciplina com 35 horas anuais, enquanto o PS e o PCP defendem apenas 12 horas. A versão final (ao que tudo indica) prevê seis horas no primeiro ciclo, oito horas no segundo, e 12 horas no terceiro ciclo do Ensino Básico.

A discussão ainda não se esgotou e terão de se acertar agulhas até quarta-feira próxima, data prevista para a versão final do diploma. Nessa ocasião, a comissão de Educação decidirá se o novo articulado entra já em vigor no próximo ano lectivo.

A verdade é que esta matéria está a provocar reacções na sociedade portuguesa. A Igreja Católica já se opôs a considerar como "obrigatórios" alguns itens da nova disciplina, prome-

A Igreja Católica já se opôs a considerar como "obrigatórios"

tendo alegar "objecção de consciência". E o próprio líder da comunidade muçulmana de Lisboa, Sheikh Munir, disse ser contra a disponibilização de preservativos nas escolas, porque "é abrir uma porta para haver o contacto físico entre rapazes e raparigas, que o Islão proíbe fora do casamento".]

